



EDITORIAL

Júnia Fátima do Carmo Guerra*

É com grande alegria e satisfação que encerramos o ano de 2018 com mais uma publicação da Revista Perspectivas em Políticas Públicas (PPP). Ano que a revista completa dez anos de existência, de trabalho árduo e de produção de conhecimento consistente, plural, reflexiva, na medida em que busca discutir o campo de conhecimento interdisciplinar das políticas públicas.

Nesta empreitada, a revista foi contemplada por estudos e pesquisas científicas de grande relevância para a sociedade e para a academia, com foco em abordagens que permeiam as políticas públicas respaldada na relação entre o Estado e a sociedade civil, bem como em discussões críticas amparadas por paradigmas em que a hegemonia do Estado e do mercado impera de forma substantiva na esfera social. A partir dessa perspectiva, as temáticas se apoiam sobre os direitos humanos, a cidadania, a democracia, a participação social, cultura cívica, co-produção do bem público, controle social e temáticas transversais.

Destaca-se que o editorial da primeira PPP, publicada no ano de

* Possui graduação em Comunicação Social/ Relações Públicas pelo Centro Universitário Newton Paiva, mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA cujo campo de conhecimento é interdisciplinar. Doutora em administração pelo PPGA da PUC Minas e Pós-Doutora em Administração pela Universidade do Amazonas (UNAMA) - linha de pesquisa - Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é professora efetiva da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É avaliadora de vários periódicos da Administração com interface interdisciplinar. Campo de atuação concentrado na administração com foco na gestão social, administração pública, estudos organizacionais e administração da produção.

2008, e redigido pela professora Teresinha Rodrigues de Oliveira, contextualizou um cenário social e político semelhante ao atual. A mesma evidenciou a importância das políticas públicas em arenas tão diversas, complexas e intrincadas, as quais são imbuídas por campos de poder que, por vezes, apresentam estruturas inflexíveis, denotando os limites e os desafios existentes na relação entre a política e o social.

Todavia, no atual contexto nacional e internacional, percebe-se uma fragilidade mediante o reconhecimento do papel do Estado cuja centralidade antes, baseada no bem estar social, passa para a noção de um Estado mínimo, revisitado pelos ideais neoliberais. Esta lógica, de cunho e interesse mercadológico demonstra colocar em xeque as relações sociais e políticas, aprofundada por relações de desconfiança entre os diversos atores cujos aspectos denotam baixo capital social.

10

O conflito e as divergências são inerentes ao se tratar da formação da agenda de uma política pública, uma vez que se espera a interlocução entre atores plurais, porém movidos pelo interesse coletivo e bem comum. Compreende-se que essa seara exige diálogo, reflexão da práxi e avaliação, de forma a contribuir com o processo e com os fins. É neste interesse que a revista *Perspectiva em Políticas Públicas*, n. 22, oferece seis artigos e um ponto de vista que expõem discussões sobre leis fundiárias, saúde, meio ambiente, segurança pública, tecnologia da informação e gênero ao abordar o assédio moral e sexual contra mulheres em empresas. A partir da singularidade de cada um, ainda que inseridos em um campo interdisciplinar, eles foram organizados conforme aproximação temática.

O primeiro artigo "O trabalho de médicos no PMM: diferenças e semelhanças na abordagem clínica entre cubanos e brasileiros" apresenta uma análise comparativa da abordagem clínica e social de

médicos cubanos e médicos brasileiros inseridos no Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB). O processo formativo, a estrutura social, a vivência cultural permeiam os discursos dos médicos participantes, onde se identificou pontos que diferenciam as duas clínicas. Em essência, percebeu-se que há no discurso dos médicos cubanos uma preocupação com uma clínica que seja mais humanizada, um olhar pela dimensão do cuidado da saúde da população assistida, não apenas pela dimensão individual e que seja resoluto. As semelhanças são raras, pois o que aproximam os discursos dos médicos brasileiros e cubanos sobre a abordagem clínica, diz respeito muito mais a questões protocolares e próprias da gestão do serviço. Um ponto enfatizado, tanto pelos médicos cubanos, quanto pelos médicos brasileiros, é a importância do fortalecimento da Atenção Primária a Saúde no Brasil, por meio do PMMB.

Seguindo a linha da saúde, o segundo artigo “Programas Governamentais de saúde física: uma proposta de política”, contextualiza criticamente o desenvolvimento dos programas governamentais de atividade física como uma das estratégias de políticas públicas implementadas no Brasil, visando à promoção da saúde. A análise desta proposta demonstrou a adoção da atividade física sob o viés utilitarista e biomédico em detrimento dos aspectos socioculturais e de satisfação pela sua vivência. Concluiu-se ser necessário problematizar a intencionalidade desses programas, refletindo de forma crítica o seu desenvolvimento.

O terceiro artigo intitulado “Ele disse para eu ficar trabalhando até mais tarde com ele, mal sabia eu que o ele realmente queria: o assédio moral e sexual contra estagiárias em Maringá” aborda a saúde compelida pela questão psicológica ao descrever as situações vivenciadas e as consequências proporcionadas pelas ocorrências de assédio moral e sexual contra as alunas de graduação de universidades públicas e privadas da região de Maringá/PR, durante

seus períodos de estágio. Identificou-se que as situações hostis vivenciadas pelas mulheres estão vinculadas ao assédio pessoal, ou seja, são comentários ofensivos sobre a pessoa, alvos de sarcasmos e brincadeiras excessivas. Sofrendo algumas, também, assédio sexual, tanto em comentários e elogios sobre a aparência quanto atentado ao pudor. Como consequência desta violência, foram identificados, de forma mais frequente: crises de choro, mal-estar, sentimento de culpa, humilhação e inferiorização, vergonha e constrangimento, além de vontade/desligamento do estágio e desejo de mudar de área. Tal cenário apontou a urgência em criar ações e estratégias para orientar e auxiliar alunas acadêmicas estagiárias em relação às vivências e violências sofridas no âmbito empresarial.

12

De forma distinta, o quarto artigo “Aspectos da nova lei de regularização fundiária urbana no Brasil e a contextualização do histórico urbano brasileiro” apresentou uma análise comparativa da regularização fundiária com o objetivo de conectar os principais marcos históricos, técnicos e normativos e suas implicações na gestão municipal. O contexto histórico de uso e ocupação dos espaços urbanos brasileiros denota aspectos socioeconômicos, culturais e urbanísticos particulares, que impactam na formação e transformação desses espaços, sobretudo no que diz respeito às questões de planejamento, gestão e enfrentamento da irregularidade fundiária das cidades. Recentemente, em 2017, a Lei Federal 13.465, trouxe novos conceitos e critérios ao rito procedimental da regularização fundiária urbana. A fim de analisar comparativamente tais aspectos, consideraram-se inicialmente os principais pontos da urbanização brasileira e o histórico urbano legislativo que culminou com aspectos do direito urbanístico.

O sexto artigo visou explorar as discussões sobre a segurança pública e tecnologias da informação. Denominado “Perspectivas da segurança pública no contexto de *Smart cities*: desafios e

oportunidades para as organizações policiais”, o estudo teve como objetivo apresentar controvérsias entre a privacidade e a vigilância eletrônica, a participação popular digital e a geração massiva de dados e, principalmente, os desafios e as possibilidades que as tecnologias representam para a atuação policial na prevenção de crimes e repressão de delitos nas grandes metrópoles. Aponta ainda como as mídias sociais e as camadas de informação são importantes insumos para a inteligência policial. A análise demonstrou como as tecnologias modernas e a aplicação das informações sugere uma perspectiva de modelo integrado de serviços para *Smart Cities* com a Segurança Pública, permitindo auxiliar práticas inovadoras de gestão e de tomada de decisão.

Por fim, e não menos importante, o Ponto de Vista expõe uma discussão primordial para a elaboração e implementação das políticas públicas. Intitulado “O eu e o nós a partir da ecologia humana: repensando o público e o privado de forma a contribuir com políticas para a nossa casa”, este texto apoiou-se na teoria da ecologia humana para discutir as fronteiras entre o público e o privado que, historicamente, podiam ser identificadas com razoável racionalidade pragmática. Todavia, as marcas da atualidade anuncia um mundo *voyeur* que se anuncia, em redes sociais, selfies, nudes, dentre outras experiências, no final do século XX, nos desafiando a repensar fronteiras entre o eu e o nós, entre o público e o privado. As explicações clássicas sobre essas esferas já não satisfazem mais no *Game of Thrones* hipermoderno. Neste contexto, os partidários da Ecologia Humana reconhecem o homem como intrínseco ao ecossistema, ou melhor, a rede ecológica planetária, universal, multi e interdimensional, podendo contribuir, sobremaneira, com as mais de sete bilhões de ilhas transformadas, falseadas pela ilusão e pelo espetáculo do *voyeurismo*.

Corroborando com as ideias abordadas no Ponto de Vista, principalmente, relativas ao espetáculo do *voyeurismo* presente na

esfera social, convido os leitores a se debruçarem sobre os artigos discutidos neste número da revista Perspectivas em Políticas Públicas cujos pilares buscam se amparar na ecologia dos saberes.

Es con gran alegría y satisfacción que cerramos el año 2018 con otra publicación de la Revista Perspectivas en Políticas Públicas (PPP). El año que la revista completa diez años de existencia, de trabajo arduo y de producción de conocimiento consistente, plural, reflexivo, en la medida en que busca discutir el campo de conocimiento interdisciplinario de las políticas públicas.

En esta obra, la revista fue favorecida con estudios e investigaciones científicas de gran relevancia para la sociedad y para la academia, con foco en estudios que impregnan las políticas públicas, respaldada en la relación entre el Estado y la sociedad civil, así como en discusiones críticas amparadas por paradigmas en que la hegemonía del Estado y del mercado impera de forma sustantiva en la esfera social. A partir de esa perspectiva, las temáticas se apoyaron sobre los derechos humanos, la ciudadanía, la democracia, la participación social, cultura cívica, coproducción del bien público, control social y temáticas transversales.

Se destaca que el editorial de la primera PPP, publicada en el año 2008, y redactado por la profesora Teresinha Rodrigues de Oliveira, contextualizó un escenario social y político semejante al actual. La misma evidenció la importancia de las políticas públicas en áreas tan diversas, complejas e intrincadas, las cuales son influidas por campos de poder que a veces presentan estructuras inflexibles, revelando los límites y los desafíos en la relación entre la política y lo social.

Sin embargo, en el actual contexto nacional e internacional, se percibe una fragilidad en el reconocimiento del papel del Estado cuya

centralidad, basada antes en bienestar social, pasa para la de un Estado mínimo, revisado por los ideales neoliberales. Esta lógica, de impronta e interés mercadológico, muestra colocar en jaque las relaciones sociales y políticas, acrecentada por la desconfianza entre los diversos actores y las instituciones. Tales aspectos apuntan para un bajo capital social.

El conflicto y las divergencias son inherentes al tratarse de la formación de la agenda de una política pública, ya que se espera la interlocución entre actores plurales, pero movidos por el interés colectivo y el bien común. Se entiende que esa tarea exige diálogo, reflexión de la praxis y evaluación, para contribuir con el proceso y con los fines. Y es con este interés que la revista *Perspectiva en Políticas Públicas*, n. 22, ofrece seis artículos y un punto de vista que exponen discusiones sobre leyes agrarias, salud, medio ambiente, seguridad pública, tecnología de la información y género al abordar el acoso moral y sexual contra las mujeres en las empresas. A partir de la singularidad de cada uno, aunque insertados en un campo interdisciplinario, ellos fueron organizados conforme proximidad temática.

15

El primer artículo “El trabajo de médicos en el PMM: diferencias y semejanzas en el abordaje clínico entre cubanos y brasileños” presenta un análisis comparativo del abordaje clínico y social de médicos cubanos y médicos brasileños participantes del Programa Más Médicos para Brasil (PMMB). El proceso formativo, la estructura social y la vivencia cultural impregnan los discursos de los médicos participantes, donde se identificaron puntos que diferencian las dos clínicas. En esencia, se percibió que hay en el discurso de los médicos cubanos una preocupación con una clínica que sea más humanizada, una mirada por la dimensión del cuidado de la salud de la población asistida, no sólo por la dimensión individual, y que sea resoluta. Las semejanzas son raras, pues lo que aproximan los discursos de los

médicos brasileños y cubanos sobre el abordaje clínico, se refiere mucho más a cuestiones protocolares y propias de la gestión del servicio. Un punto enfatizado, tanto por los médicos cubanos como por los médicos brasileños, es la importancia del fortalecimiento de la Atención Primaria a la Salud en Brasil, a través del PMMB.

Continuando en el área de la salud, el segundo artículo "Programas Gubernamentales de salud física: una propuesta de política", contextualiza críticamente el desarrollo de los programas gubernamentales de actividad física como una de las estrategias de políticas públicas implementadas en Brasil, con miras a la promoción de la salud. El análisis de esta propuesta demostró la adopción de la actividad física bajo el sesgo utilitarista y biomédico en detrimento de los aspectos socioculturales y de satisfacción por su vivencia. Se concluyó que era necesario analizar la intencionalidad de esos programas, reflexionando de forma crítica su desarrollo.

16

El tercer artículo titulado "Él me dijo que me quedara trabajando más tarde con él, apenas sabía lo que él realmente quería: el acoso moral y sexual contra aprendices en Maringá" aborda la salud forzada por la cuestión psicológica al describir las situaciones soportadas y las consecuencias proporcionadas por los hechos de acoso moral y sexual contra las alumnas de graduación de universidades públicas y privadas de la región de Maringá / PR, durante sus períodos de prácticas. Se identificó que las situaciones hostiles vividas por las mujeres están vinculadas al acoso personal, o sea, son comentarios ofensivos sobre la persona, blancos de sarcasmos y bromas pesadas. Sufriendo algunas, también, acoso sexual, tanto en comentarios y elogios sobre la apariencia como atentado al pudor. Como consecuencia de esta violencia, fueron identificados, de forma más frecuente: crisis de llanto, malestar, sentimiento de culpa, humillación e inferioridad, vergüenza y coerción, además de voluntad / desligamiento del trabajo y deseo de cambiar de área. Tal

escenario apuntó la urgencia en crear acciones y estrategias para orientar y auxiliar a alumnas académicas en prácticas en relación a las vivencias y violencias sufridas en el ámbito empresarial.

De forma distinta, el cuarto artículo “Aspectos de la nueva ley de regularización territorial urbana en Brasil y la contextualización del histórico urbano brasileño” presentó un análisis comparativo de la regularización territorial con el objetivo de conectar los principales hitos históricos, técnicos y normativos y sus implicaciones en gestión municipal. El contexto histórico de uso y ocupación de los espacios urbanos brasileños denota aspectos socioeconómicos, culturales y urbanísticos particulares, que impactan en la formación y transformación de esos espacios, sobre todo en lo que se refiere a las cuestiones de planificación, gestión y enfrentamiento de la irregularidad territorial de las ciudades. Recientemente, en 2017, la Ley Federal 13.465, trajo nuevos conceptos y criterios al rito procesal de la regularización territorial urbana. A fin de analizar comparativamente tales aspectos, se consideraron inicialmente los principales puntos de la urbanización brasileña y el histórico urbano legislativo que culminó con aspectos del derecho urbanístico.

17

El sexto artículo apunta a explorar las discusiones sobre la seguridad pública y las tecnologías de la información. Denominado “Perspectivas de la seguridad pública en el contexto de Smart Cities : desafíos y oportunidades para las organizaciones policiales”, el estudio tuvo como objetivo presentar controversias entre la privacidad y la vigilancia electrónica, la participación popular digital y la generación masiva de datos y, sobre todo, los desafíos y las posibilidades que las tecnologías representan para la actuación policial en la prevención de crímenes y represión de delitos en las grandes metrópolis. Apunta todavía como las mídias sociales y las capas de información son importantes instrumentos para la inteligencia policial. El análisis demostró cómo las tecnologías modernas y la aplicación de la información sugiere

una perspectiva de modelo integrado de servicios para Smart Cities con la Seguridad Pública, permitiendo auxiliar prácticas innovadoras de gestión y de toma de decisión.

18 Por último, y no menos importante, el punto de vista expone una discusión primordial para la elaboración e implementación de las políticas públicas. Titled "El yo y el nosotros a partir de la ecología humana: repensando lo público y lo privado para contribuir con políticas nuestra casa", este texto se apoyó en la teoría de la ecología humana para discutir las fronteras entre lo público y lo público privado que, históricamente, podían ser identificadas con razonable racionalidad pragmática. Sin embargo, las marcas de la actualidad anuncia un mundo voyeur que se anuncia, en redes sociales, selfies, nudes, entre otras experiencias, a finales del siglo XX, desafiando a repensar fronteras entre el yo y el nos, entre lo público y lo privado. Las explicaciones clásicas sobre esas esferas ya no satisfacen más en el Game of Thrones hipermoderno. En este contexto, los partidarios de la Ecología Humana reconocen al hombre como intrínseco al ecosistema, o mejor, la red ecológica planetaria, universal, multi e interdimensional, pudiendo contribuir, sobre todo, con las más de siete mil millones de islas transformadas, falseadas por la ilusión y el espectáculo del voyeurismo.

Corroborando con las ideas abordadas en el Punto de Vista, principalmente, relativas al espectáculo del voyeurismo presente en la esfera social, invito a los lectores a reflexionar sobre los artículos discutidos en este número de la revista Perspectivas en Políticas Públicas cuyos pilares buscan ampararse en la ecología de los saberes.

1 Hacemos aquí una alusión a la serie norteamericana Game of Thrones. Esa serie, fenómeno mundial desde su lanzamiento en 2011, discurre sobre luchas humanas y espirituales, incesantes, para

el gobierno de todas las cosas.